

INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

Juliana Santos Luiz

juliana.artestofamentos@gmail.com

Letchele Hammes Tavares Michalski

letchele.lht@gmail.com

Loíde Gonçalves de Oliveira

loideoliveira74@gmail.com

Cintia Ribeiro Magno

cintiamagno@gmail.com

Fabiana Frigo Souza

proffabianafrigo@gmail.com

Resumo

Este estudo teve como objetivo identificar as principais dificuldades relacionadas à inserção de jovens de Curitiba-PR no mercado de trabalho. Para isso, foi realizada uma pesquisa quantitativa por meio da aplicação de questionários destinados a alunos do ensino médio de uma instituição de ensino pública e uma privada na cidade de Curitiba-PR, obtendo-se a uma amostra válida de 157 respondentes. Os resultados obtidos foram analisados por meio de estatística descritiva e indicaram que, para facilitar a entrada do jovem no mercado de trabalho, os respondentes afirmaram que a melhor forma seria através das qualidades pessoais, seguida de cursos profissionalizantes, onde a principal dificuldade encontrada para frequentar os cursos está relacionada ao transporte caro e a pouca divulgação, seguido de baixa disponibilidades e cargas horárias altas. Observou-se, ainda, que para a maioria dos respondentes oriundos de escola pública, os cursos profissionalizantes se apresentam como fator principal para inserção no mercado de trabalho, enquanto os alunos da escola particular acreditam que as qualidades pessoais são o principal fator determinante para a entrada do jovem no mercado de trabalho, evidenciando, assim, visões distintas provenientes, muito provavelmente, de realidades e vivências também distintas.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Primeiro emprego. Jovens no mercado de trabalho.

1 Introdução

Comenta-se com frequência sobre as constantes transformações tecnológicas e a globalização, que fizeram com que as empresas passassem a impor um perfil profissional diferenciado, com mais qualificação e experiência, exigindo que o candidato ao cargo demonstre ter a capacidade de executar diversas tarefas, apresente facilidade de adaptação às inovações e atenda aos requisitos propostos pelas organizações (MONTEIRO, 2017). Considerando que as empresas passaram a exigir níveis educacionais mais elevados, esse fator pode aumentar a possibilidade de jovens de baixa renda ocuparem postos de trabalho de baixa qualificação e, conseqüentemente, menor remuneração (OLIVEIRA, 2016). Neste sentido, quando se trata de jovens de baixa renda, a baixa escolaridade passa a ser um obstáculo e pode dificultar a inserção destes no meio laboral. Além disso, outros fatores que podem influenciar a entrada dos jovens no mercado de trabalho se dão pelas condições socioeconômicas e estrutura familiar em que eles se encontram.

Para Rocha (2008), a conjuntura econômica e as características individuais determinam de forma mais direta a decisão de entrada e permanência no mercado de trabalho ao longo da faixa de idade jovem. Assim, as oportunidades para a inserção laboral dos jovens, supostamente, podem ser distintas de acordo com o nível social, econômico e familiar, pois esses níveis determinam quais habilidades sociais são desenvolvidas por estes (CÂMARA; SARRIERA, 2001). Assim, Barbosa e Deluiz (2008) apontam que os jovens na faixa etária dos 16 a 24 anos das camadas populares mais pobres são os mais atingidos pelas mudanças no mundo do trabalho. Tilly (1999) *apud* Santos (2005, p. 1) defende que “a classe social tem muito a colaborar para o entendimento da configuração, da evolução e das consequências das divisões socioeconômicas e suas desigualdades duráveis que permeiam a altamente desigual sociedade brasileira”. Portanto, percebe-se a capacidade que as condições socioeconômicas, por exemplo, podem impactar na entrada, permanência ou evolução do jovem no mercado de trabalho.

Por outro lado, a Constituição Federal de 1988 regulamenta a introdução de adolescentes e jovens no mercado de trabalho e determina que aqueles com idade menor de 18 anos não podem exercer atividade noturna, insalubre ou perigosa, além de proibir qualquer trabalho a menor de 16 anos, enquanto adolescentes a partir de 14 anos podem trabalhar na condição de aprendiz. Além disso, o art. 69 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura o direito à profissionalização e à proteção no trabalho, enquanto a Lei do Aprendiz – nº 10.097/2000 - regulamenta a contratação do jovem aprendiz com idade entre 14 e 24 anos (SANTOS; TREVIZAN; SILVA, s.d.).

Para auxiliar os jovens a ingressar no primeiro emprego, segundo Andrade (2005), em outubro de 2003, foi lançado o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego de Jovens (PNPE), tendo como principal objetivo promover a inserção produtiva de jovens de 16 a 24 anos que provêm de famílias de baixa renda e que, além disso, apresentam pouca escolaridade. Segundo o autor, “a formação profissional ocorre através de oficinas profissionalizantes, onde são abordadas as atividades pertinentes ao exercício do trabalho, com o aprendizado das rotinas próprias de cada função” (ANDRADE, 2005, p.3).

Neste âmbito, a Lei nº 11.692 de 10 junho de 2008, em seu art. 6º, define que “fica a União autorizada a conceder auxílio financeiro, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, aos beneficiários do Projovem, nas modalidades previstas nos incisos II, III e IV do caput do art. 2º desta Lei”. Andrade (2005) esclarece que também foi criado um selo de responsabilidade social para aquelas empresas que preferirem aderir dispensando o auxílio financeiro. Ainda assim, é necessário destacar que as empresas consideram importante ter

experiência, mesmo se tratando de jovens entre 14 e 21 anos, que estão saindo do ensino médio e nunca trabalharam, segundo os dados analisados por Câmara e Sarriera (2001).

Diante do contexto e partindo do pressuposto de que os jovens estão expostos a diversos aspectos que podem influenciar o processo de inclusão profissional, este estudo busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: quais as principais dificuldades relacionadas à inserção de jovens de Curitiba-PR no mercado de trabalho? Para responder a problemática, tem-se como objetivo identificar as principais dificuldades relacionadas à inserção de jovens de Curitiba-PR no mercado de trabalho.

O fato de as empresas darem preferência a profissionais qualificados e com experiência na área, conforme apresentado por Câmara e Sarriera (2001), dificulta ainda a trajetória do jovem no mercado de trabalho, impedindo o ingresso dos que estão em busca de oportunidades, o que se apresenta como justificativa desta pesquisa. Este estudo justifica-se, ainda, ao discutir o papel das empresas na inclusão dos jovens no primeiro emprego, bem como as oportunidades disponíveis por meio dos programas de auxílio propostos. Além disso, amplia-se o conhecimento e a compreensão acerca da problemática, o que pode auxiliar os jovens na preparação para o mercado de trabalho.

2 Referencial Teórico

O termo inclusão faz referência ao livre acesso das pessoas às oportunidades das quais tem direito, respeitando as particularidades de cada um, independente do grupo social ao qual pertence. Neste sentido, Aranha (2000 p. 2) defende que “a ideia da inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade. Isto significa garantia do acesso de todos a todas as oportunidades”, estando esta ideia disposta no princípio da igualdade. Para esse princípio, todos são iguais perante a lei de acordo com as peculiaridades que cada um apresenta, e é importante compreender que quando se trata de inclusão, deve-se considerar que as pessoas são diferentes e com necessidades distintas, portanto a disponibilização de condições deve ser adequada a cada indivíduo (ARANHA, 2000).

Nestes termos, a inclusão dos jovens no mercado de trabalho, assim como outros direitos sociais, até hoje se confunde, no Brasil, com filantropia e assistência social, no caso dos pobres, ou privilégios a assalariados inseridos no mercado de trabalho (MATSUZAKI, 2011). Por outro lado, o direito a aprendizagem é uma política pública através da qual o Estado proporciona inclusão social dos jovens que, muitas vezes, são provenientes de famílias de baixa renda e que dificilmente possuem as mesmas oportunidades de classes sociais mais ricas, tanto para obter educação de qualidade, como para se inserirem em postos de maior hierarquia (MATSUZAKI, 2011). Aliado a isso, segundo Barbosa e Deluiz (2008, p. 56), “o problema do desemprego reside na desqualificação dos trabalhadores, isto é, de que trabalho não falta, o que falta são os profissionais qualificados, atribuindo-se, assim, a responsabilidade pela inserção profissional aos próprios indivíduos”.

Além do já exposto, outro aspecto que pode influenciar a inclusão do jovem no mercado de trabalho ocorre através da estrutura familiar, dado que muitos jovens precisam iniciar sua vida profissional mais cedo e, em alguns casos, sem preparo, como forma de complementar a renda familiar (MATSUZAKI, 2011). Assim, a composição familiar que é o meio no qual a família está enquadrada pode também interferir nas perspectivas de trabalho que o jovem terá acesso.

Neste sentido, entende-se que tanto a questão econômica, como a profissionalização e a estrutura familiar são aspectos que podem influenciar diretamente na capacidade de entrada do jovem no mercado de trabalho, que ocupa lugar importante na vida das pessoas. Segundo Martins (1997, p. 98), “o trabalho se afirma como um valor cultural e simbólico”. Para os

jovens, a atividade é mais do que uma ocupação, pois é, também, a oportunidade de se profissionalizar e adquirir experiência, além de gerar renda, satisfazendo a necessidade de consumo e trazendo, ainda, o sentimento de pertencimento, buscando o reconhecimento da sociedade (MOURA, 2017). Para Monteiro (2014, p. 21), “a etapa de vida de estabelecimento da identidade adulta é tradicionalmente marcada pela inserção profissional” e, assim, entende-se que a pessoa tem seu papel social associado com o de trabalhador.

O nível socioeconômico familiar e o conhecimento prévio são exemplos de variáveis que podem afetar no desempenho do aluno, segundo Costa (2010). Da mesma forma, Baltar (2015, p. 24) afirma que “o trabalho sem remuneração, em ajuda de negócios de outros membros da família, e o emprego sem carteira profissional são mais frequentes entre pessoas jovens”, influenciando as relações de trabalho que estes possuem. Por outro lado, o início muito cedo na participação da atividade econômica, e as altas taxas de rotatividade no emprego fizeram o mercado de trabalho ser composto de pessoas relativamente jovens (BALTAR, 2015). Apesar disso, o mesmo autor menciona que “a taxa de desemprego de jovens é muito alta, e diminuirá em ritmo lento se continuar a elevada rotatividade da mão de obra no emprego” (BALTAR, 2015, p. 26). Somado a isso tem-se, ainda, uma questão global, onde o alto índice do desemprego é causado principalmente pelo desempenho da economia, que não conseguiu estabelecer períodos de crescimento sustentado ao longo dos últimos 20 anos (AMORIM; ARAÚJO, 2004). Estes aspectos acabam por influenciar a capacidade que o jovem possui de se inserir no mercado de trabalho ou, ainda, de se inserir em posições com remunerações mais elevadas.

Em termos de profissionalização, o programa constituído a partir da Lei da aprendizagem é um dos meios pelos quais os jovens podem ser auxiliados no ingresso no primeiro emprego. Conforme Gonçalves (2014, p. 191), a “Lei de aprendizagem profissional garante um contrato formal de trabalho de até dois anos, para jovens e adolescentes com idade entre 14 e 24 anos”, por meio de “formação técnico – profissional”, onde o aprendiz pode participar do programa apenas se estiver matriculado em instituição oficial de ensino, salvo se tiver o ensino médio concluído. Para isso, as empresas de médio e grande porte fazem cadastro e mantém vínculo com programas oferecidos por esses serviços, contribuindo de acordo com suas atividades no comércio, indústria e serviços. O programa de aprendizagem profissional deve prever o acesso a aulas teóricas e atividades práticas inerentes a ocupação para desenvolver a profissão (GONÇALVES, 2014), servindo como uma forma de viabilizar o processo de profissionalização dos indivíduos que não tiveram outras formas de acesso.

O grupo familiar também exerce um papel fundamental durante o processo de inclusão do jovem no mercado de trabalho, já que a família influencia na constituição do indivíduo, na determinação e na organização da personalidade, bem como no comportamento e medidas educativas tomadas no âmbito familiar (DRUMMOND; DRUMMOND FILHO, 1998 *apud* PRATTA; SANTOS, 2007). Para Dos Santos (2005), a adolescência é reconhecida como uma fase do ciclo de vida em que o indivíduo passa por transições, sendo uma delas marcada pelo início da carreira profissional. Assim, a estrutura familiar pode ser determinante para a capacidade de apoio e auxílio na inclusão do novato no mercado de trabalho, sendo que vários são os fatores que influenciam na escolha de uma profissão, como as características individuais, políticas, religiosas, valores e crenças, situação político-econômica do país, a família e os pares (DOS SANTOS, 2005). Neste sentido, Osório (1996, p. 50) menciona que “a estrutura familiar varia, portanto, enormemente, conforme, a latitude, as distintas épocas históricas e fatores sócio-políticos, econômicos ou religiosos prevalentes num dado momento da evolução de determinada cultura”.

Dessa maneira, o ambiente familiar, assim como outros fatores como a profissionalização e o ambiente socioeconômico, podem influenciar e proporcionar diferentes oportunidades e meios para inserção do jovem no mercado de trabalho.

3 Metodologia

Para a operacionalização deste levantamento com características quantitativas, foi utilizado um questionário elaborado pelos autores com base no referencial teórico e seus aspectos caracterizadores, onde os respondentes foram questionados sobre os fatores que dificultam a inserção dos jovens de Curitiba-PR no mercado de trabalho. O questionário foi composto por três blocos, sendo que o primeiro buscava identificar o perfil do respondente a partir de sete perguntas. No segundo bloco havia perguntas referentes a renda familiar e se o mesmo contribuía para o sustento da família, com oito perguntas, e no terceiro bloco, composto por oito perguntas, os respondentes deveriam expressar suas percepções sobre as dificuldades encontradas ao buscar o primeiro emprego, a partir de questões que tinham como objetivo levantar os principais fatores que dificultam a inserção destes no mercado de trabalho.

O instrumento era direcionado para alunos que estavam cursando o ensino médio, com a aplicação realizada de forma presencial nas instituições de ensino. As escolas foram selecionadas por acessibilidade, no entanto, optou-se pela utilização de uma escola pública e uma privada no mesmo bairro (Cajuru, na cidade de Curitiba-PR) para buscar identificar realidades que, por vezes, se apresentam distintas.

Tendo como objetivo englobar as oportunidades decorrentes da Lei da Aprendizagem e acompanhando a idade mínima utilizada por Câmara e Sarriera (2001) e a idade máxima utilizada por Barbosa e Deluiz (2008) foram consideradas como respostas válidas, em decorrência da caracterização do jovem, aqueles respondentes que apresentavam idades entre 14 e 24 anos.

O questionário foi aplicado para 253 alunos durante um período de 7 dias, no mês de outubro de 2019, com objetivo de abordar alunos do ensino médio que estudam em uma instituição pública e uma privada. Destaca-se que houve a anuência das instituições de ensino para a sua aplicação, dado que a mesma ocorreu dentro do ambiente escolar. Das 253 respostas obtidas, 96 não foram consideradas em função de não estarem condizentes com o questionário ou incompletas, restando, para a análise de dados, 157 respostas válidas.

Os dados referentes às 157 respostas válidas foram transcritos para uma planilha de dados e analisados com o auxílio do *Microsoft Excel®*, além do uso de estatística descritiva.

4 Análise de dados

4.1 Caracterização dos respondentes

Dentre os respondentes, a maioria (57%) é do sexo feminino, apresentando a faixa etária entre 14 a 24 anos. Em relação às escolas às quais os respondentes pertencem, optou-se por fazer a separação entre dois grupos: sendo um com os respondentes oriundos de escola pública e outro com os da rede privada de ensino. A divisão foi realizada com o intuito de identificar se as dificuldades para inserção no mercado de trabalho são as mesmas entre os alunos da rede pública e rede privada. A partir dessa separação, identificou-se que 40% dos respondentes pertencem a rede particular de ensino e 60% a rede pública de ensino.

Em relação ao bairro em que os alunos respondentes residem, a maior parte (78%) é do bairro Cajuru, enquanto o restante se divide entre os bairros da região. Esse fato ocorre principalmente em função da localização das escolas pesquisadas, que ficam no bairro Cajuru, na cidade de Curitiba-PR. Buscou-se identificar, também, com quem os respondentes residem

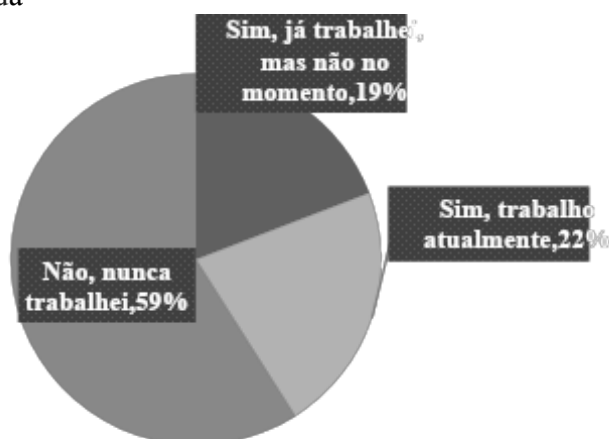
atualmente e notou-se que na grande maioria dos alunos mora com os pais, enquanto uma pequena parte reside somente com mãe, e outra minoria com avós.

A pesquisa revela que, entre os alunos das escolas analisadas, 62% nunca frequentaram cursos profissionalizantes, enquanto 38% responderam estar cursando ou já ter concluído algum curso. Identificaram-se, também, os cursos que foram realizados por esses respondentes e os mais indicados foram administração, informática e, em terceiro lugar, aparece o curso de inglês, que, apesar de ter sido mencionado pelos respondentes, não pode ser considerado um curso profissionalizante.

4.2 Análises gerais

As análises gerais foram realizadas com base nos dados de todos os respondentes, dessa forma, considerando a escola pública e privada e totalizando 157 alunos. A partir destes dados, nota-se que 59% disseram nunca ter exercido atividade remunerada, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Atividade remunerada

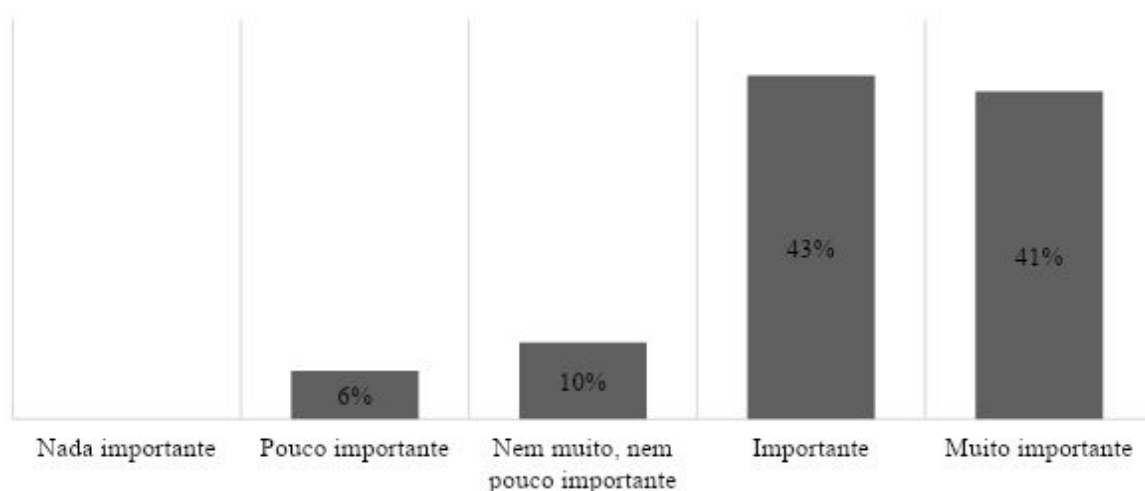


Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Por outro lado, 22% dos respondentes informaram estar trabalhando atualmente e os outros 19% disseram já ter trabalhado em algum momento da sua vida. Portanto, percebe-se uma baixa inserção destes jovens no mercado de trabalho.

Em relação à contribuição que a escola proporciona para a formação profissional, a maior parte dos respondentes (84%) indicou que a escola é importante ou muito importante na preparação do jovem para o mercado de trabalho, como pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Contribuição da escola na formação de profissionais para mercado de trabalho

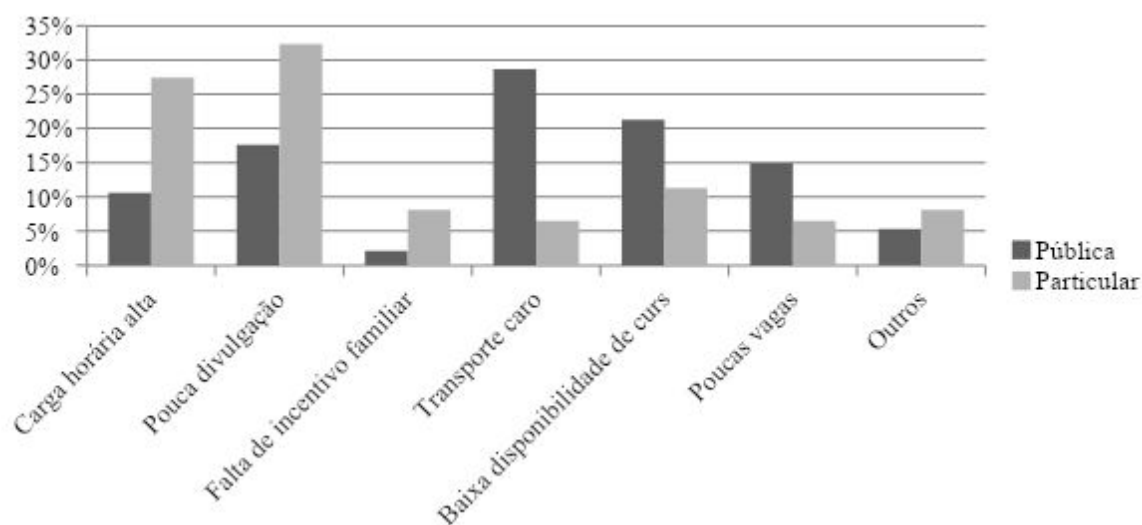


Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Além disso, destaca-se que 6% disseram que a escola é pouco importante e nenhum respondente considerou-a nada importante. Isso mostra que a maioria dos respondentes reconhece o ensino como um fator essencial para a formação profissional, que poderá direcionar o seu futuro no mercado de trabalho.

Foram questionadas quais as principais dificuldades encontradas pelos respondentes em participar ou frequentar cursos profissionalizantes e, conforme pode ser observado no Gráfico 3, a maior dificuldade dos estudantes de escolha pública é o valor do transporte (indicado por 29%), enquanto para os estudantes de escola particular trata-se da pouca divulgação de cursos profissionalizantes (indicado por 32%).

Gráfico 3 - Dificuldades em participar de cursos profissionalizantes



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Sobre os respondentes da escola pública, 21% indicaram ter baixa disponibilidade de cursos gratuitos e 18% pouca divulgação. Os estudantes da escola particular responderam, em 27% dos casos, que o segundo ponto que mais dificulta fazer os cursos profissionalizantes são as cargas horárias altas e, para 11%, o que afeta é a baixa disponibilidade de cursos gratuitos. Percebe-se, portanto, uma diferença entre as dificuldades enfrentadas por alunos de escolas particulares e públicas quanto ao acesso aos cursos profissionalizantes, o que parece quebrar a

ideia de inclusão defendida por Aranha (2000), já que o acesso a tais cursos por alunos de escolas públicas parece ser dificultado não por questões de conhecimento, mas financeiras.

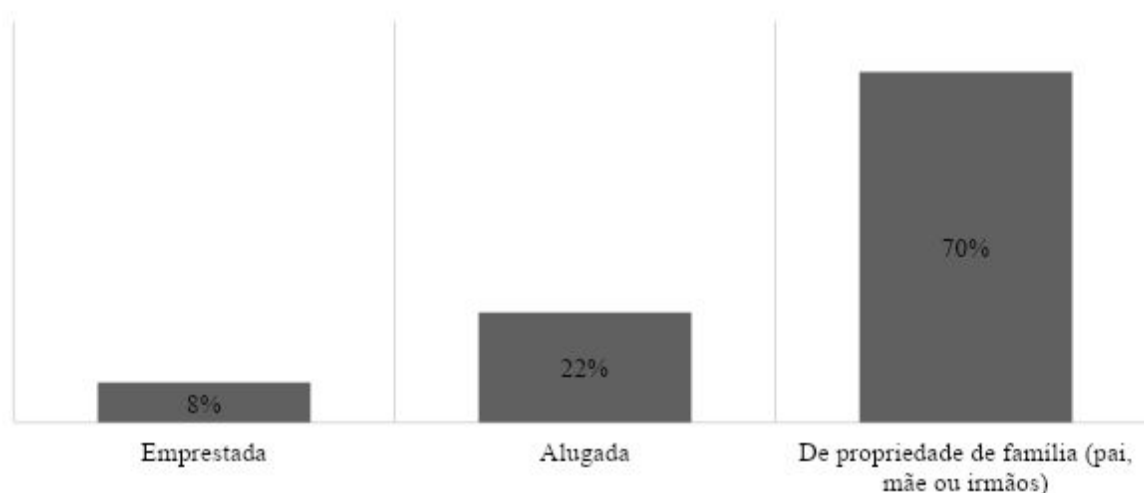
4.3 Análise dos respondentes oriundos de escola pública

Nas análises a seguir foram consideradas somente as respostas dos alunos da escola pública, portanto, um total de 95 respondentes.

Estes dados revelam que a maioria dos respondentes são solteiros, sendo apenas um aluno divorciado. Identificou-se, além disso, que somente um aluno possui filho. Em outra pergunta buscou-se saber se os respondentes possuem irmãos, e a maioria revelou ter dois. Através dessa informação consegue-se identificar o perfil da família, sendo ela composta de 2 a 4 pessoas.

Percebe-se, ainda, que 74% dos respondentes da rede pública de ensino não contribuem com a renda familiar. Além disso, 70% dos respondentes moram em casa de propriedade da família (pai, mãe ou irmãos), conforme o Gráfico 4.

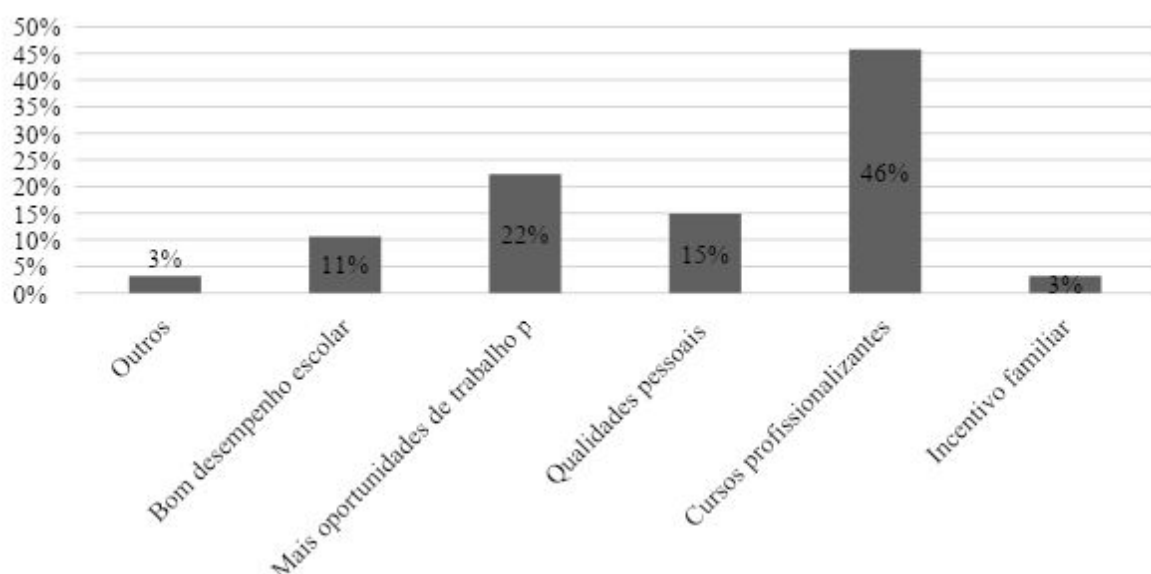
Gráfico 4 - Moradia



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Em termos da entrada do jovem no mercado de trabalho, os resultados do Gráfico 5 demonstram que 46% dos respondentes percebem os cursos profissionalizantes como sendo um fator importante para ingressar no ambiente profissional.

Gráfico 5 - Principal fator para entrada do jovem no mercado de trabalho

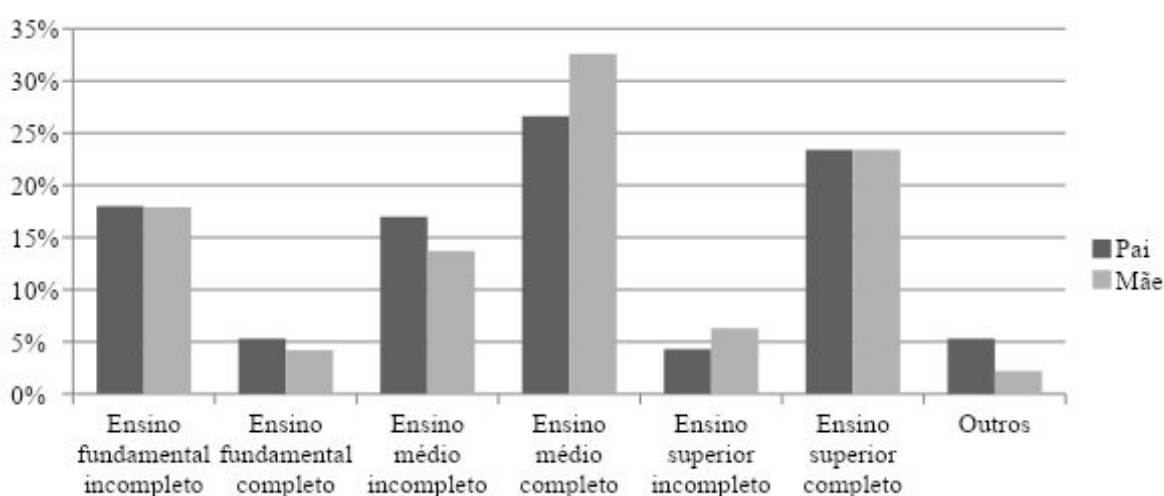


Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Observa-se, também, que 22% dos respondentes disseram que deveria haver mais oportunidades para quem não possui experiência, enquanto 15% assinalaram as qualidades pessoais como fator principal para o ingresso ao mercado de trabalho. Em contrapartida, 3% escolheram o incentivo familiar como principal fator e 3% escolheram “outros”, porém, não especificaram o porquê de sua escolha. Constatou-se, portanto, que a grande maioria dos jovens considera importante os cursos profissionalizantes e mais oportunidades de trabalho para os que não possuem experiência como pontos fortes para o ingresso no mercado de trabalho, em contrapartida, o bom desempenho escolar e o incentivo familiar são considerados importantes por uma pequena parcela dos respondentes.

Buscou-se identificar, ainda, o grau de escolaridade dos pais do respondente, conforme apresentado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Grau de escolaridade dos pais



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Em relação ao grau de escolaridade da mãe, 33% possuem o ensino médio completo e 23% o ensino superior completo, enquanto 4%, o ensino fundamental completo. Na análise do

grau de escolaridade do pai, observa-se que 26% têm o ensino médio completo, seguido de 22% com ensino superior completo, enquanto 5%, ensino fundamental completo. Os dados demonstram que, referente aos pais dos alunos da escola pública, as mães são as que mais têm estudos concluídos, demonstrando um possível apoio materno no incentivo a educação e a profissionalização dos jovens. Além disso, observa-se que a maior parte dos pais dos respondentes de escola pública possui até o nível de ensino médio completo.

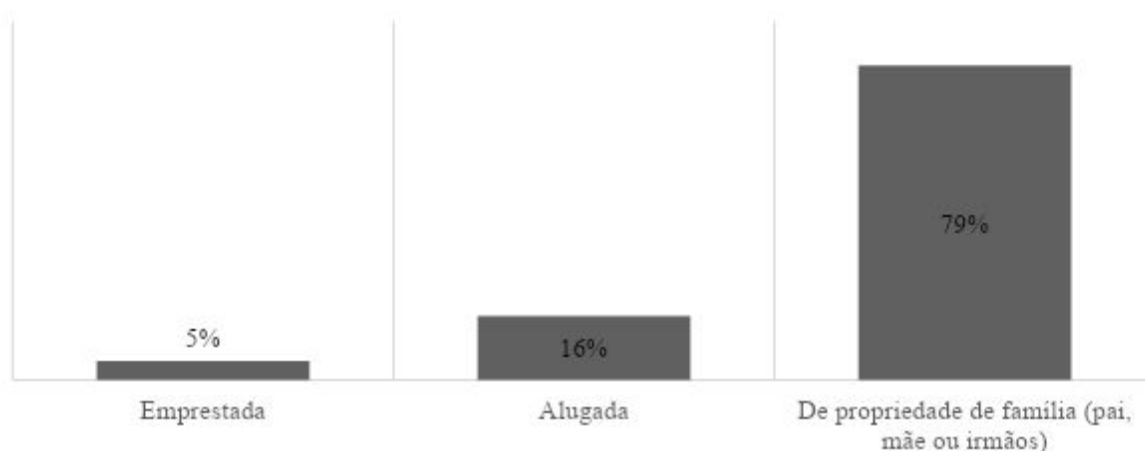
4.4 Análise dos respondentes oriundos de escola particular

As análises a seguir consistem nas respostas de alunos oriundos da rede particular de ensino, portanto, 62 respondentes.

A pesquisa revela que a maioria dos respondentes são solteiros e sem filhos. Em outra pergunta buscou-se saber se os respondentes possuem irmãos, e a maioria revelou ter um irmão. Através dessa informação consegue-se identificar o perfil da família, sendo ela composta de 2 a 4 pessoas, similar à dos alunos oriundos da escola pública. Foi possível observar também que 73% dos respondentes da rede particular de ensino não contribuem com a renda familiar, percentual similar ao dos alunos da escola pública analisadas.

A partir da análise, identificou-se que 79% dos respondentes moram em casa de propriedade de família (pai, mãe ou irmãos), conforme o Gráfico 7.

Gráfico 7 - Moradia

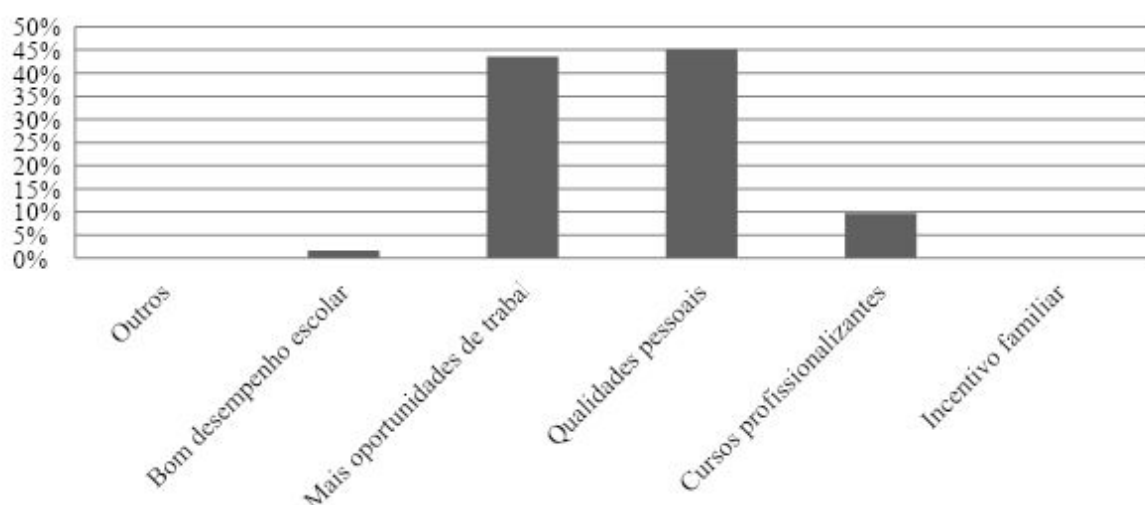


Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Estes dados apresentam-se, também, de forma similar aos encontrados entre os alunos da escola pública analisada.

No Gráfico 8 evidencia-se que 45% dos respondentes consideram qualidades pessoais como o principal fator para inserção no mercado de trabalho.

Gráfico 8 - Principal fator para entrada do jovem no mercado de trabalho

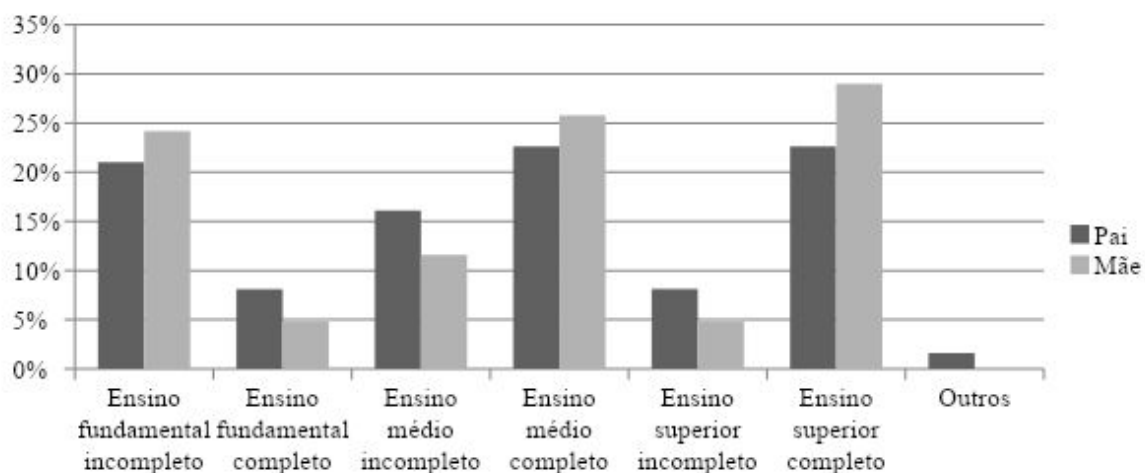


Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Ademais, 43% dos respondentes indicaram que é importante ter mais vagas para quem não possui experiência, em contrapartida, apenas 2% dos respondentes disseram que o bom desempenho escolar é essencial e nenhum citou o incentivo familiar. Portanto, constatou-se que a grande maioria dos jovens de escola particular considera como pontos fortes as qualidades pessoais e mais oportunidades de emprego para quem não tem experiência, em contrapartida, o bom desempenho escolar, além dos cursos profissionalizantes e do incentivo familiar, foram considerados importantes para uma pequena parcela de respondentes.

Buscou-se identificar, também, o grau de escolaridade dos pais, como pode ser observado no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Grau de escolaridade dos pais



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Em relação ao grau de escolaridade da mãe, 29% possuem o ensino superior completo e 26%, o ensino médio completo, enquanto 5%, o ensino fundamental completo. Na análise do grau de escolaridade do pai observa-se que 23% têm o ensino superior completo, seguido de 23% com ensino médio completo, enquanto 8%, ensino fundamental completo. Isso indica que as mães são as que mais têm estudos concluídos, parecendo demonstrar o apoio materno no incentivo a educação e a profissionalização dos jovens, assim como observado entre os estudantes de escola pública.

4.5 Discussão dos resultados

O resultado do presente estudo demonstrou que os estudantes da escola pública pesquisada reconhecem a instituição de ensino e os cursos profissionalizantes como sendo muito importantes na formação do profissional e para o ingresso no mercado de trabalho, porém foi identificado que a maioria deles considera o transporte público caro e a baixa disponibilidade de cursos profissionalizantes gratuitos como empecilhos para a realização dos mesmos. Neste sentido, parece haver uma sinalização para que o que defendem Barbosa e Deluiz (2008) em relação à existência de vagas e a falta de qualificação dos trabalhadores, que, no caso dos jovens pesquisados, parece estar relacionado às dificuldades de acesso à profissionalização.

Referente aos alunos da escola particular analisada, tem-se que eles consideram a instituição de ensino como sendo importante para formação do profissional. No entanto, apresentam outra visão em relação aos aspectos importantes para o ingresso no mercado de trabalho, onde consideram as qualidades pessoais (agilidade, desenvoltura, boa comunicação, autonomia, maturidade, por exemplo) como sendo o principal fator para inserção do jovem no mercado de trabalho, enquanto, para eles, a pouca divulgação e a carga horária alta são os empecilhos para fazer os cursos profissionalizantes.

Examinando as respostas sobre a escolaridade dos pais, identificou-se que há diferença entre os perfis da escola pública e particular. Os pais dos respondentes da escola particular apresentam grau de escolaridade maior que os da escola pública, observaram-se também, na análise geral, que as mães são as que mais têm estudos concluídos e apresentam ter grau de escolaridade maior que os pais. Dessa forma, os alunos da escola particular parecem ter mais incentivos para permanecer na escola e procurar meios de capacitação através de cursos profissionalizantes, apesar de, atualmente, não considerarem o desempenho escolar como um fator para entrada no mercado de trabalho.

Pode-se cogitar, ainda, que os cursos que melhoram as qualidades pessoais para os alunos das escolas privadas, que são o aspecto fundamental considerado por eles, podem estar inclusos em suas grades curriculares ou inseridos de outras formas no seu ambiente escolar, enquanto, em geral, alunos de escolas públicas que dependem de abertura de vagas gratuitas. Essa pode ser uma justificativa para que os alunos da escola privada considerem importante suas habilidades pessoais, enquanto os da pública procuram oportunidades a partir de cursos profissionalizantes.

Portanto, parece haver uma distinção entre as visões apresentadas por estudantes de escolas públicas e de escolas particulares que podem estar relacionadas ao seu ambiente e às suas visões de mundo decorrentes da sua vivência social como indivíduo, já que podem pertencer a realidades distintas e, em decorrência disso, apresentam visões diferentes acerca dos problemas ou dificuldades enfrentadas na inserção no mercado de trabalho.

5 Considerações finais

O objetivo do estudo foi identificar as principais dificuldades relacionadas à inserção de jovens de Curitiba-PR no mercado de trabalho. Para atingimento do objetivo foi realizada uma pesquisa quantitativa com jovens estudantes de ensino médio de uma escola pública e uma particular localizadas em Curitiba-PR, obtendo-se uma amostra de 157 respostas válidas.

No cenário atual os jovens sofrem o impacto econômico e recai sobre eles um conjunto de fatores como a falta de experiência e a pouca qualificação profissional, que podem influenciar na sua inserção no mercado de trabalho. Além disso, tem-se ainda os aspectos socioeconômicos relacionados à sua realidade familiar e a realidade local onde estão inseridos, além da estrutura familiar, propriamente dita.

Observou-se, de modo geral, que a maioria dos jovens são solteiros, moram com os pais, não contribuem com a renda familiar, além de não terem frequentado cursos profissionalizantes. Já em relação às análises segregadas, identificou-se que há diferença no grau de escolaridade dos pais, onde os dos alunos da rede particular de ensino apresentaram maior grau de escolaridade em relação aos da escola pública. Ainda, identificou-se que as mães são as que têm maior nível de estudos concluídos.

Considera-se, também, que as visões acerca das dificuldades de inserção existem tanto na rede pública quanto na rede privada de ensino, porém cada uma com suas particularidades. Para os jovens oriundos da rede pública, as dificuldades parecem estar mais relacionadas ao custo e ao acesso aos cursos profissionalizantes, enquanto os alunos das escolas particulares vêem a pouca divulgação como principal empecilho, que, na verdade, pode estar relacionado a um possível baixo interesse nestes cursos, já que eles não os consideram tão importante para o ingresso no mercado de trabalho.

Identificou-se, assim, que o aspecto socioeconômico pode ser um fator de impacto acerca das visões dos jovens em relação a sua inserção no mercado de trabalho, principalmente evidenciado pelas diferentes percepções apresentadas por alunos da escola pública e da escola particular, que representam, em geral, grupos socioeconômicos distintos.

Ao avaliar os resultados desta pesquisa, algumas limitações devem ser consideradas como o fato de as escolas escolhidas estarem situadas em um único bairro de Curitiba-PR, além da utilização da visão dos jovens que estão frequentando o ensino médio. Tais limitações podem indicar lacunas para futuras pesquisas acerca do tema. Assim, sugere-se como futuras pesquisas a investigação das políticas públicas que possam diminuir as dificuldades encontradas pelos jovens para o ingresso no mercado de trabalho, principalmente daqueles advindos de escolas públicas. Além disso, sugere-se identificar as dificuldades de inserção no mercado de trabalho para alunos graduados que buscam uma oportunidade em sua área de formação.

REFERÊNCIAS

AMORIM, B. M. F.; ARAÚJO, H. E. Economia solidária no Brasil: novas formas de relação de trabalho?. **Mercado de trabalho - IPEA**, v. 24, 2004.

ANDRADE, G. O programa nacional de estímulo ao primeiro emprego de jovens. **Mercado de trabalho - IPEA**, v. 26, 2005.

ARANHA, M. S. F. Inclusão social e municipalização. **Educação especial: temas atuais**, p. 1-10, 2000.

BALTAR, P. **Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil** - Texto para Discussão No. 2036. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015.

BARBOSA, C. S.; DELUIZ, N. Qualificação profissional de jovens e adultos trabalhadores: o programa nacional de estímulo ao primeiro emprego em discussão. **Boletim Técnico do Senac**, v. 34, n. 1, p. 50-63, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 de jun. 2008. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm. Acesso em: 12 ago. 2019

CÂMARA, S. G.; SARRIERA, J. C. Critérios de seleção para o trabalho de adolescentes-jovens: perspectiva dos empregadores. **Psicologia em estudo**, v. 6, n. 1, p. 77-84, 2001.

COSTA, R. D. **O aspecto socioeconômico e sua influência na qualidade do ensino fundamental público no Brasil**. 2010. 65 f. Dissertação (Mestrado Profissional Executivo em Gestão Empresarial) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

DOS SANTOS, L. M. M. O papel da família e dos pares na escolha profissional. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 1, p. 57-66, 2005.

GONÇALVES, A. L. de A. Aprendizagem profissional: trabalho e desenvolvimento social e econômico. **Estudos avançados**, v. 28, n. 81, p. 191-200, 2014.

MARTINS, H. H. T. de S. O jovem no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, n. 6, set.-dez., p. 96-109, 1997.

MATSUZAKI, H. H. **O desafio da lei do jovem aprendiz: um estudo da aplicação da lei 10.097/00 como política pública na inclusão de jovens no mercado de trabalho**. 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MONTEIRO, L. Mercado de trabalho novo perfil de profissional, saiba como se atualizar. **Estado de Minas**, Minas Gerais, 26 abr. 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/04/26/internas_economia,865177/mercado-de-trabalho-exige-novo-perfil-de-profissional-saiba-mais.shtml. Acessado em: 10 ago. 2019.

MONTEIRO, R. A. de P. **A importância do trabalho na transição para a vida adulta. DESIDADES: Revista Electrónica de Divulgación Científica de la Infancia y la Juventud**, v. 2, n. 4, p. 20-29, 2014.

MOURA, L. S. de. Juventude e Trabalho: O sentido do trabalho para o jovem aprendiz. **Revista Científica da FASETE**, 2017.3, 216-227, 2017.

OLIVEIRA, J. S. de. **Barreiras, transgressões e invenções de mercado: a inserção econômica de jovens pobres**. Anais, p. 1-24, 2016. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1025/989>. Acessado em: 24 ago. 2019.

OSÓRIO, L. C. Família hoje. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em estudo**, v. 12, n. 2, p. 247-256, 2007.

ROCHA, S. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 533-550, 2008.

SANTOS, A. P.; TREVIZAN, D. M.; SILVA, A. M. **Ações em defesa do direito à profissionalização de jovens no mercado de trabalho.** Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt5/acoes_em_defesa.pdf. Acesso em: 24 ago. 2019.

SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.